

# CUIDAR DO QUE É IMPORTANTE PARA VOCÊ

há mais de 90 anos, isso é o que importa para nós.

**Proteger:** em apenas três sílabas, cabem mais de 90 anos de história. Porque a MAPFRE nasceu para garantir que suas conquistas estejam sempre protegidas e, você, sempre tranquilo

Pode ser um carro, um imóvel, uma empresa e até o futuro: se é importante para o segurado, estamos aqui para cuidar.

 **MAPFRE**





# Introdução



A Administração do Grupo MAPFRE submete o Relatório da Administração, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, à apreciação de seus acionistas e sociedade.

O ano de 2023 foi de forte desempenho<sup>1</sup> e avanços consistentes da MAPFRE no Brasil. A companhia encerrou o período com um **lucro líquido de 233 milhões de euros no país** – um salto de **62% em relação ao ano anterior**. A operação brasileira registrou ainda um **crescimento de 5,9% nos prêmios** emitidos em 2023, **totalizando 5,1 bilhões de euros**, em comparação com 4,9 bilhões de euros em 2022.

Todos os segmentos de atuação da MAPFRE obtiveram resultados positivos no país. As performances mais expressivas devem-se ao **Seguro Rural**, com **crescimento de 7,4%**, e ao **Seguro de Vida**, com **5,6%**. Importante destacar também a carteira de **Seguro Auto** – a partir de adaptações tarifárias, com a implementação de estratégias de precificação mais competitivas, o segmento registrou **aumento de 0,9%** em relação ao ano anterior.

Com isso, em 2023, o Brasil foi responsável por mais de um terço do lucro líquido da MAPFRE no mundo e por quase 19% dos prêmios emitidos, lembrando que somos o maior mercado da companhia fora da Espanha. No contexto global, a MAPFRE registrou lucro líquido de **691,8 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 7,7% em relação a 2022. Sua receita total foi de **32,2 bilhões de euros**, **9,2% a mais do que em 2022**, graças ao aumento de 9,7% nos prêmios emitidos, que alcançaram **26,9 bilhões de euros**, e a maiores receitas financeiras.



## 32 anos de confiança e proteção

A MAPFRE é uma das maiores companhias multinacionais de prestação de serviços nos mercados segurador e financeiro. Presente no Brasil desde 1992, atua em seguros, investimentos, consórcios, capitalização, previdência e assistência a residências e veículos.

Com o propósito “Cuidamos do que é importante para você”, a MAPFRE protege mais de 6 milhões de clientes por meio de 36 sucursais em todo o país. Esse trabalho é realizado diariamente por cerca de 2.600 colaboradores e conta com o apoio de 19 mil corretores de nossa rede nacional de parceiros. Em 2023, atendemos mais de 470 mil solicitações de assistências, sendo os serviços para automóveis e agronegócio os mais acionados pelos segurados.

A companhia adota compromissos internacionais, como os Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI), e integra o Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas), além de manter a Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos que promove e investe em iniciativas e pesquisas voltadas ao bem-estar social.



### A companhia opera nas seguintes linhas no Brasil:



#### SEGUROS

Primeiro grupo<sup>2</sup> do país no Mercado de Riscos (14,6% de participação); líder em Agronegócios (68%) e Grandes Riscos (10,5%).



#### INVESTIMENTOS

Administra mais de R\$ 15 bilhões de recursos em fundos para pessoa física, pessoa jurídica e instituições.



#### CONSÓRCIOS

A BR Consórcios, sócia da MAPFRE na operação de consórcios, vendeu R\$ 1,62 bilhão, sendo 111% do orçado, e teve um crescimento de 27% em relação a 2022.

## Nossa estrutura

### REGIONAL BRASIL

#### HOLDINGS E DEMAIS EMPRESAS

- MAPFRE Brasil Participações S/A
- MAPFRE Participações S/A
- Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.
- Protenseg Corretora de Seguros Ltda.

#### SEGUROS

- MAPFRE Seguros Gerais S/A
- MAPFRE Vida S/A
- MAPFRE Previdência S/A
- MAPFRE Capitalização S/A

#### BRASILSEG<sup>3</sup>

- BB MAPFRE Participações S/A
- Brasilseg Companhia de Seguros
- Aliança do Brasil Seguros S/A

#### SERVIÇOS FINANCEIROS

- MAPFRE Investimentos Ltda.
- MAC Investimentos S/A

<sup>1</sup> Critério homogeneizado ao IRFS 17 – International Financial Reporting Standards.

<sup>2</sup> As empresas que compõem a MAPFRE Brasil são: MAPFRE Brasil Seguros Gerais, MAPFRE Brasil Vida, Brasil Veículos, MAPFRE Brasil Previdência, MAPFRE Brasil Capitalização, Aliança do Brasil, Cia. de Seguros Aliança do Brasil.

<sup>3</sup> A MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolida em sua totalidade as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e indiretas.

## Um ano memorável



2023 foi considerado um período histórico para a MAPFRE no Brasil, com conquistas que demonstram um desempenho financeiro robusto e o crescimento da nossa operação no país.

Para atingir um lucro líquido de 233 milhões de euros – 62% maior do que em 2022 –, concentramos esforços significativos em atualizações sistêmicas, em estratégias de tarifação e subscrição e em reforçar nosso time de profissionais.

Por meio da constante adaptação de nosso negócio ao mercado brasileiro, garantimos a oferta de produtos relevantes para nossos clientes. Destaco também nossa atuação multicanal e a bem-sucedida parceria com o Banco do Brasil, que proporciona a flexibilidade e a conveniência que os clientes esperam de uma empresa líder de mercado.

Em 2023, comemoramos o progresso de todas as frentes do negócio, impulsionado pela recuperação técnica da companhia e pelo volume da taxa de juros. Três segmentos foram os principais responsáveis pelos resultados positivos. Em Seguro Rural, tivemos um ano livre dos episódios climáticos que afetam a carteira. Em Vida, os efeitos da pandemia felizmente ficaram no passado. E em Automóvel, implementamos com êxito um plano competitivo de precificação.

O Brasil é o segundo maior mercado da MAPFRE no mundo, com quase 30% de participação – o que nos traz muito orgulho e também aumenta a nossa responsabilidade com a sociedade. Nosso desafio em 2024 é crescer com rentabilidade, tendo os critérios ASG cada vez mais presentes em nosso negócio. E estamos preparados para isso, com investimentos em tecnologia, processos e pessoas que certamente nos permitirão equilíbrio em nossa trajetória de evolução.

**Felipe Nascimento**  
CEO MAPFRE Brasil

## Sustentabilidade

Na MAPFRE, integrar a sustentabilidade à estratégia e aos processos do negócio é um compromisso contínuo e que responde às tendências e riscos apresentados pelos desafios atuais do planeta. Para materializá-la em nossas iniciativas, contamos com o Plano de Sustentabilidade 2022-2024: com quatro eixos e doze linhas de atuação, o material reúne os objetivos que buscam gerar oportunidades para o negócio, minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos na economia, no meio ambiente e na sociedade.

Em 2023, todos os países, unidades de negócio e áreas corporativas da MAPFRE avançaram no cumprimento dos objetivos. No Brasil, as iniciativas ASG implementadas tiveram vocação especial para as questões de impacto financeiro e social, com destaque a três projetos:

**MAPFRE INVESTIMENTOS**  
100% dos nossos fundos contemplam um ou mais aspectos que atendem critérios socioambientais

**MAPFRE SÊNIOR**  
Oferece produtos e serviços capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do público 60+

**MAPFRE NA FAVELA**  
Focado no desenvolvimento de produtos de microsseguros voltados para os micro e pequenos empreendedores locais das favelas



## Fundación MAPFRE

A Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos criada pela MAPFRE, promove e financia atividades que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento da sociedade. Como agente de desenvolvimento econômico e social, materializa sua contribuição social ao realizar estudos e pesquisas, divulgar bolsas e prêmios, disseminar conhecimento sociocultural e fomentar ações sociais em saúde, segurança viária e educação em seguros.

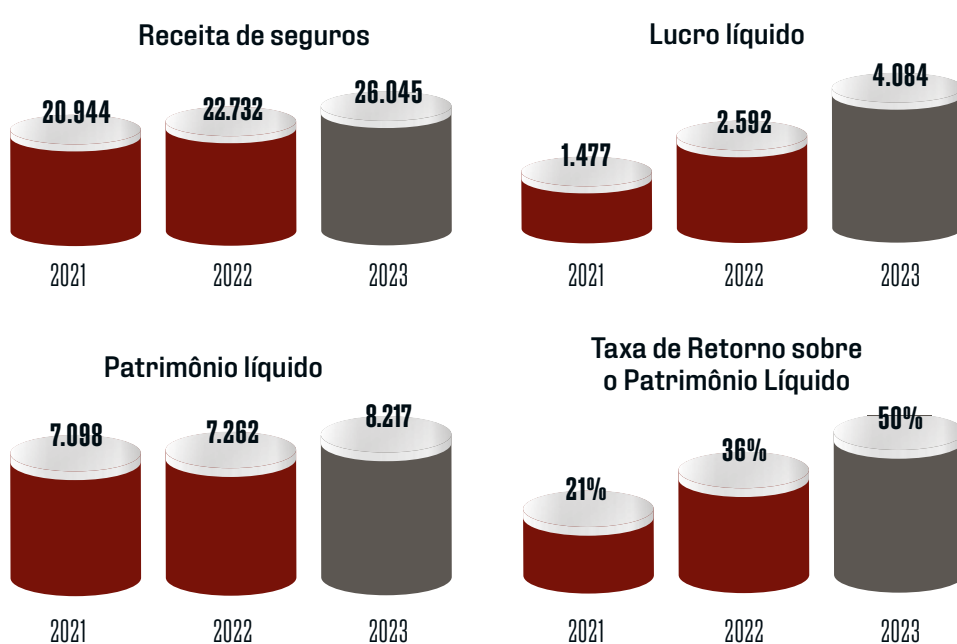
Em 2023, completamos 30 anos de atuação no Brasil e beneficiamos mais de 2 milhões de pessoas durante o ano por meio dos programas desenvolvidos e dos convênios firmados com governos e municípios. São eles:

**Em Prevenção e Segurança Viária:** o programa Educação Viária é Vital contribuiu para a formação de mais de 197 mil alunos e 5 mil professores nos projetos desenvolvidos em 1.336 escolas do Brasil;

**Em Promoção da Saúde:** ampliamos o programa Viver com Saúde – Saúde Mental nas Escolas para os estados de Minas Gerais e Bahia, com mais de 1,17 milhão de beneficiários presenciais e digitais.

## Desempenho econômico e financeiro (em milhões de reais)

As medidas de desempenho foram atualizadas e consideram as métricas de apuração de acordo com a nova prática contábil do IFRS 17 (CPC 50) adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando inclusive o efeito de rerepresentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022.



Passivos de Contratos de Seguros	2021	2022	2023
	16.904	18.514	18.570

Índice Combinado	2021	2022	2023
Índice Combinado IFRS 4 Local	97%	89%	83%
Prêmio Ganho	18.763	22.716	25.939
Sinistro + Custo Aquisição + DA + DO + Resseguro	(18.124)	(20.265)	(21.539)
Índice Combinado IFRS 17 (CPC 50) (**)	(*)	85%	78%
Receita Líquida Cessão		18.202	20.801
Despesa Líquida de Recuperação		(15.563)	(16.204)

\*De acordo com o estabelecimento pelo requerimento contábil, os saldos de 2021 não foram reapresentados, sendo os montantes comparativos a partir de 2022.

\*\*A principal mudança, além da mensuração dos novos modelos, está na alocação do resultado de resseguro.

## Agradecimentos

A Administração do Grupo MAPFRE agradece aos acionistas, parceiros de negócios, fornecedores, clientes, sociedade e à comunidade financeira pelo indispensável apoio e pela confiança, assim como aos nossos profissionais, que tornaram possível a conquista do desempenho aqui apresentado.

São Paulo, 29 de abril de 2024  
A Administração







## MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

a isenção à aplicação da IFRS 9 (CPC 48) para permitir implementar a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 17 (CPC 50) ao mesmo tempo. O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48), uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. Com isso, aplicou a IFRS 9 (CPC 48) pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2023, com o efeito retrospectivo a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos quatro tipos principais abaixo: **Classificação e mensuração de ativos e passivos:** A IFRS 9 (CPC 48) afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2022, da seguinte forma:

- A maioria dos itens subjacentes de contratos de participação e alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com a IAS 39. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com a IFRS 9 (CPC 48).
- Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com a IAS 39, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com a IFRS 9 (CPC 48).
- Os investimentos em dívida classificados como disponível para venda de acordo com a IAS 39 podem, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou VJR, dependendo das circunstâncias específicas.
- No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2023; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em ORA - Outros Resultados Abrangentes.
- Investimentos mantidos até o vencimento e empréstimo e recebíveis mensurados ao custo amortizado de acordo com a IAS 39, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), e necessariamente passem no teste de pagamento somente do principal e dos juros (SPPI), e cujo objetivo final seja a coleta dos fluxos de caixa contratuais até o vencimento do título. A classificação dos ativos financeiros, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. A IFRS 9 (CPC 48) inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, temos fundos de investimentos mensurados ao VJR e custo amortizado. Em relação à carteira própria de títulos públicos e privados os valores são mensurados pelo VJORA. Como a maioria dos ativos financeiros é mensurado pelo valor justo antes e depois da transição para IFRS 9 (CPC 48), o GRUPO MAPFRE apresenta o impacto na nota 2) b) iv. ECL (**Expected Credit Loss**): A IFRS 9 (CPC 48) substituiu o modelo de perda incorrida na IAS 39 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. A IFRS 9 (CPC 48) exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual a ECL para 12 (doze) meses ou ECL para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 (doze) meses são uma parte das ECLs para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data da apresentação. **iii. Hedge accounting (contabilização de hedge):** O GRUPO MAPFRE mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. De acordo com a Política de Investimentos e normativos vigentes, o GRUPO MAPFRE realiza operações em mercados derivativos, com a finalidade de efetuar *Hedge* em sua carteira. Ao longo do segundo semestre de 2022, contratou Instrumentos Financeiros de Derivativos do tipo DI Futuro da B3, na Carteira Própria, com o objetivo de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros futuros, sendo os ajustes com liquidações financeiras diárias. O ganho ou perda resultante com as operações de derivativos são reconhecidos pelo "VJR" de cada período. O GRUPO MAPFRE adota a contabilidade de *Hedge Accounting*, e em caso de oscilações de marcação a mercado são reconhecidas no resultado (VJR), e não mais no Patrimônio Líquido (VJORA). O GRUPO MAPFRE adota o novo modelo geral de contabilização de *Hedge* na IFRS 9 e CPC 48. **iv. Efeitos da adoção inicial:** As tabelas a seguir demonstram exclusivamente as categorias originais de mensuração no IAS 39 (CPC 38) as quais tiveram reclassificação para novas categorias de mensuração nos termos da IFRS 9 (CPC 48) para cada classe de ativos financeiros do GRUPO MAPFRE em 1º de janeiro de 2023.

	Classificação original		Nova classificação - IFRS 9 (CPC 48)	
	Fundos de investimentos	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	VJR	
Certificado de depósito bancário - CDB		Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	VJR	
Debêntures		Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA	
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE		Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA	
Letras financeiras do tesouro - LFT		Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA	
Letras do tesouro nacional - LTN		Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA	
Letras do tesouro nacional - LTN		Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA	
Notas do tesouro nacional - NTN-B		Ativos mantidos até o vencimento	VJORA	
Notas do tesouro nacional - NTN-F		Ativos mantidos até o vencimento	VJORA	
Notas do tesouro nacional - NTN-F		Ativos mantidos até o vencimento	VJORA	
Notas do tesouro nacional - NTN-F		Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado	

A seguir apresentamos o impacto de adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48), e IFRS 17 (CPC 50) no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	Divulgação anterior (CPC 50 e IFRS 9 (CPC 48))	01.01.2022 (reapresentado)	Divulgação anterior (CPC 50 e IFRS 9 (CPC 48))	01.01.2022 (reapresentado)
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	190.584	190.584	23.028.680	(8.402.550)
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	25	25	73.453	73.453
<b>Ativos financeiros</b>	63.103	63.103	9.733.422	(23.631)
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	63.103	63.103	8.665.978	8.665.978
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	38.492	270.665
Mensuradas a custo amortizado	-	-	1.028.952	(294.296)
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização</b>	-	-	5.281.669	(5.281.669)
<b>Outros recebíveis</b>	51.402	51.402	323.415	(26.155)
<b>Ativos de contratos de resseguro</b>	-	-	5.008.165	(801.300)
<b>Ativos fiscais corrente</b>	76.054	76.054	338.761	338.761
<b>Outros valores e bens</b>	-	-	127.335	(127.335)
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	-	-	2.142.460	(2.142.460)
<b>Ativo não circulante</b>	4.549.959	(28.338)	4.521.621	17.979.656
<b>Ativos financeiros</b>	34.958	919	35.877	5.568.936
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	35.877	35.877	4.830.350
Mensuradas a custo amortizado	34.958	(34.958)	-	738.586
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização</b>	-	-	2.243.688	(2.243.688)
<b>Outros recebíveis</b>	-	-	1.711	1.711
<b>Ativos de contratos de resseguro</b>	-	-	1.274.938	13.056
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	3.119	(312)	2.807	1.628.112
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	-	-	1.909.477	(1.909.477)
<b>Depósitos judiciais</b>	-	-	3.203.259	-
<b>Participações societárias</b>	4.505.257	(28.945)	4.476.312	8.535
<b>Demais investimentos</b>	-	-	340.929	79.369
<b>Imobilizado</b>	874	-	874	594.147
<b>Intangível</b>	5.751	-	5.751	3.113.664
<b>Total do ativo</b>	4.740.543	(28.338)	4.712.205	41.008.516
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>	147.413	-	147.413	20.191.777
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	18.821.874
Passivos de arrendamento	-	-	-	340.929
Outros passivos	147.413	-	147.413	1.289.910
<b>Passivo não circulante</b>	168.072	-	168.072	13.968.203
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	11.047.050
Passivos fiscal diferido	167.364	-	167.364	667.277
Provisões judiciais	708	-	708	1.515.132
Passivos de arrendamento	-	-	-	414.513
Outros passivos	-	-	-	384.231
<b>Patrimônio líquido</b>	4.425.058	(28.338)	4.396.720	6.848.536
Capital social	3.038.709	-	3.038.709	3.038.709
Reservas	1.620.634	(61.545)	1.559.089	1.620.634
Ajustes de avaliação patrimonial	(234.285)	33.207	(201.078)	(234.285)
Participação de acionistas não controladores	-	-	4.243.478	277.927
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	4.740.543	(28.338)	4.712.205	41.008.516

	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)		Controladora		Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)		Consolidado	
	Divulgação anterior (CPC 50 e IFRS 9 (CPC 48))	2022 (reapresentado)	Divulgação anterior (CPC 50 e IFRS 9 (CPC 48))	2022 (reapresentado)	Divulgação anterior (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	2022 (reapresentado)	Divulgação anterior (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	2022 (reapresentado)
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>	464.420	(2)	464.418	25.934.069	(9.874.340)	-	16.059.729	
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	342	-	342	51.824	-	-	51.824	
<b>Ativos financeiros</b>	401.210	(2)	401.208	11.487.959	(529)	-	11.486.570	
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	385.810	-	385.810	11.125.783	-	-	11.125.783	
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	15.398	-	15.398	48.942	154.869	203.811	
Mensuradas a custo amortizado	15.400	(15.400)	-	312.474	(155.398)	-	157.076	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização</b>	-	-	-	6.098.050	(6.098.050)	-	-	
<b>Outros recebíveis</b>	25.868	-	25.868	4.941.203	(1.095.845)	-	463.570	
<b>Ativos de contratos de resseguro</b>	-	-	-	4.941.203	(1.095.845)	-	3.845.358	
<b>Ativo fiscal corrente</b>	37.000	-	37.000	212.307	-	-	212.307	
<b>Outros valores e bens</b>	-	-	-	153.069	(153.069)	-	-	
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	-	-	-	2.650.340	(2.650.340)	-	-	
<b>Ativo não circulante</b>	4.612.158	(31.571)	4.580.587	18.759.361	(4.714.645)	-	14.044.716	
<b>Ativos financeiros</b>	39.789	(2.197)	37.592	5.246.744	7.070	-	5.253.814	
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	37.592	-	37.592	4.770.026	483.788	5.253.814	
Mensuradas a custo amortizado	39.789	(39.789)	-	476.718	(476.718)	-	-	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização</b>	-	-	-	2.417.430	(2.417.430)	-	-	
<b>Outros recebíveis</b>	-	-	-	790	-	-	790	
<b>Ativos de contratos de resseguro</b>	-	-	-	1.576.820	25.780	-	1.601.880	
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	7.779	747	8.526	1.750.470	(137.574)	-	1.612.896	
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	-	-	-	2.192.491	(2.192.491)	-	-	
<b>Depósitos judiciais</b>	-	-	-	1.694.549	-	-	1.694.549	
<b>Participações societárias</b>	4.557.880	(30.121)	4.527.759	8.514	-	-	8.514	
<b>Demais investimentos</b>	-	-	-	271	-	-	271	
<b>Imobilizado</b>	959	-	959	669.166	-	-	669.166	
<b>Intangível</b>	5.751	-	5.751	3.102.865	(540.619)	-	1.270.232	
<b>Total do ativo</b>	5.076.578	(31.573)	5.045.005	44.693.430	(14.588.985)	-	30.104.445	
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>	192.964	-	192.964	22.388.836	(9.933.337)	-	12.455.499	
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	20.459.932	(9.392.719)	-	11.067.213	
Passivos de arrendamento	-	-	-	118.046	-	-	118.046	
Outros passivos	192.964	-	192.964	1.810.858	(540.619)	-	1.270.232	
<b>Passivo não circulante</b>	162.759	-	162.759	15.126.765	(4.714.023)	-	10.386.742	
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	12.193.891	(4.747.523)	-	7.446.368	
Passivos fiscal corrente	-	-	-	-	-	-	-	
Passivos fiscal diferido	153.536	-	153.536	611.984	7.500	-	619.484	
Provisões judiciais	6	-	6	1.535.544	-	-	1.535.544	
Outros passivos	9.217	-	9.217	341.079	-	-	341.079	
Passivos de arrendamento	-	-	-	444.267	-	-	444.267	
<b>Patrimônio líquido</b>	4.720.855	(31.573)	4.689.282	33.023.929	(84.376)	-	32.939.553	
Capital social	3.038.709	-	3.038.709	3.038.709	-	-	3.038.709	
Reservas de lucros	1.985.743	(73.146)	1.912.597	1.985.743	(73.146)	-	1.912.597	
Ajustes de avaliação patrimonial	(303.597)	41.573	(262.024)	(303.597)	41.573	-	(262.024)	
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	2.456.974	115.949	-	2.572.923	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	5.076.578	(31.573)	5.045.005	44.693.430	(14.588.985)	-	30.104.445	

	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)		Controladora		Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)		Consolidado	
	Divulgação anterior (CPC 50 e IFRS 9 (CPC 48))	2022 (reapresentado)	Divulgação anterior (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	2022 (reapresentado)	Divulgação anterior (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	2022 (reapresentado)	Divulgação anterior (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48)	2022 (reapresentado)
<b>Demonstração do resultado</b>								
<b>Receita de seguros</b>	-	-	-	25.871.428	(3.139.012)	-	22.732.416	
<b>Despesas com prestação de serviços seguros</b>	-	-	-	(1.225.296)	1.725.343	-	(19.297.953)	
<b>Resultado líquido com contratos de resseguros</b>	-	-	-	(540.088)	(254.964)	-	(795.052)	
<b>Resultado da prestação de serviços de seguros</b>	-	-	-	4.308.444	(1.668.633)	-	2.639.811	
<b>Receita financeira dos contratos de seguros</b>	-	-	-	-	596.715	-	596.715	
<b>Despesa financeira dos contratos de seguros</b>	-	-	-	-	(1.106.209)	-	(1.106.209)	
<b>Resultado líquido das operações de seguros</b>	-	-	-	-	(600.135)	-	(600.135)	
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	(40.529)	-	(40.529)	67.280	(200.228)	-	(133.468)	
<b>Outras despesas administrativas</b>	(11.787)	-	(11.787)	(1.826.620)	1.782.482	-	(44.138)	
<b>Outros resultados financeiros</b>	21.802	(12)	21.790	1.142.663	441.019	-	1.583.682	
<b>Resultado de equivalência patrimonial, líquido de investimentos</b>	773.086	(11.593)	761.493	6.542	-	-	6.542	
<b>Lucro antes dos impostos</b>	742.572	(11.605)	730.967	3.697.902	(245.995)	-	3.451.914	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	(10.481)	4	(10.477)	(950.370)	90.513	-	(859.857)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	732.091	(11.601)	720.490	2.747.539	(155.482)	-	2.592.057	

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalente de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pelo GRUPO











MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

2) Movimentação dos ativos e passivos de contratos de seguros e resseguros: a) MODELO BBA

i. Análise por cobertura remanescente e sinistros incorridos

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda						
<b>2023</b>								
<b>Passivo de abertura</b>	<b>2.762.415</b>		<b>549.772</b>	<b>3.316.660</b>	<b>2.216.532</b>	<b>5.445</b>	<b>68.182</b>	<b>2.290.159</b>
Receitas de seguro	(3.054.313)	-	-	(3.054.313)	(7.772)	617	7.956	801
<b>Despesas com prestação de serviço de seguros</b>	<b>996.570</b>	<b>(4.857)</b>	<b>1.033.214</b>	<b>2.024.927</b>	<b>37.492</b>	<b>531</b>	<b>(37.045)</b>	<b>978</b>
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	-	-	1.047.510	1.047.510	(177)	-	-	(177)
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	996.570	-	-	996.570	7.146	(1.103)	(12.647)	(6.604)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	-	(4.857)	-	(4.857)	-	-	(12.647)	(12.647)
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	-	-	(14.296)	(14.296)	-	(1.103)	-	(1.103)
<b>Resultado da prestação de serviços de seguro</b>	<b>(2.057.743)</b>	<b>(4.857)</b>	<b>1.033.214</b>	<b>(1.029.386)</b>	<b>7.146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.146</b>
<b>Resultado financeiro líquido de seguros</b>	<b>296.923</b>	<b>473</b>	<b>97.942</b>	<b>394.888</b>	<b>497</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>	<b>483</b>
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	307.437	393	69.257	377.087	497	(14)	-	483
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(10.514)	80	28.235	17.801	(128)	(501)	(4.691)	(5.320)
<b>Total das variações na demonstração do resultado e ORA</b>	<b>(1.760.820)</b>	<b>(4.382)</b>	<b>1.130.706</b>	<b>(634.498)</b>	<b>251.007</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>251.020</b>
<b>Componentes de investimento e restituições de prêmio</b>	<b>(71.556)</b>	<b>-</b>	<b>71.556</b>	<b>-</b>	<b>250.879</b>	<b>(486)</b>	<b>(4.691)</b>	<b>245.700</b>
Outros	-	11	-	11	265.682	-	-	265.682
Prêmios recebidos	3.151.028	-	-	3.151.028	(519.473)	-	-	(519.473)
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	-	-	(1.164.146)	(1.164.146)	(14.876)	-	-	(14.876)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.039.951)	-	-	(1.039.951)	(268.667)	-	-	(268.667)
<b>Total de fluxos de caixa</b>	<b>2.111.077</b>	<b>-</b>	<b>(1.164.146)</b>	<b>946.931</b>	<b>2.198.744</b>	<b>4.958</b>	<b>63.491</b>	<b>2.267.193</b>
<b>Passivos de fechamento</b>	<b>3.041.115</b>	<b>100</b>	<b>587.888</b>	<b>3.629.103</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda						
<b>2022</b>								
<b>Passivo de abertura</b>	<b>1.881.798</b>		<b>572.662</b>	<b>2.454.460</b>	<b>2.216.532</b>	<b>5.445</b>	<b>68.182</b>	<b>2.290.159</b>
Receitas de seguro	(2.457.312)	-	-	(2.457.312)	(7.772)	617	7.956	801
<b>Despesas com prestação de serviço de seguros</b>	<b>856.951</b>	<b>4.472</b>	<b>958.287</b>	<b>1.819.710</b>	<b>37.492</b>	<b>531</b>	<b>(37.045)</b>	<b>978</b>
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	-	-	771.741	771.741	(177)	-	-	(177)
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	856.951	-	-	856.951	7.146	(1.103)	(12.647)	(6.604)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	-	4.472	-	4.472	-	-	(12.647)	(12.647)
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	-	-	186.546	186.546	-	(1.103)	-	(1.103)
<b>Resultado da prestação de serviços de seguro</b>	<b>(1.600.361)</b>	<b>4.472</b>	<b>958.287</b>	<b>(637.602)</b>	<b>7.146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.146</b>
<b>Resultado financeiro líquido de seguros</b>	<b>250.015</b>	<b>48.781</b>	<b>298.795</b>	<b>597.591</b>	<b>497</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>	<b>483</b>
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	252.185	48.781	298.795	599.761	497	(14)	-	483
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(2.170)	70.239	322.424	320.493	(128)	(501)	(4.691)	(5.320)
<b>Total das variações na demonstração do resultado e ORA</b>	<b>(1.350.348)</b>	<b>4.472</b>	<b>1.007.066</b>	<b>(338.808)</b>	<b>251.007</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>251.020</b>
<b>Componentes de investimento e restituições de prêmio</b>	<b>(53.694)</b>	<b>-</b>	<b>53.694</b>	<b>-</b>	<b>250.879</b>	<b>(486)</b>	<b>(4.691)</b>	<b>245.700</b>
Outros	3.671.679	-	-	3.671.679	265.682	-	-	265.682
Prêmios recebidos	-	-	3.671.679	3.671.679	(519.473)	-	-	(519.473)
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	-	-	(1.083.650)	(1.083.650)	(14.876)	-	-	(14.876)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.387.022)	-	-	(1.387.022)	(268.667)	-	-	(268.667)
<b>Total de fluxos de caixa</b>	<b>2.284.657</b>	<b>(1.083.650)</b>	<b>1.201.007</b>	<b>2.402.014</b>	<b>2.198.744</b>	<b>4.958</b>	<b>63.491</b>	<b>2.267.193</b>
<b>Passivos de fechamento</b>	<b>2.762.416</b>	<b>4.472</b>	<b>549.772</b>	<b>3.316.660</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda						
<b>2023</b>								
<b>Passivo de abertura</b>	<b>710.013</b>		<b>2.490.180</b>	<b>3.166.660</b>	<b>2.216.532</b>	<b>5.445</b>	<b>68.182</b>	<b>2.290.159</b>
Variação relacionada a serviços futuros	(1.349.009)	(9.779)	1.353.942	(4.846)	(7.772)	617	7.956	801
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício	(826.730)	52.653	774.088	11	(45.087)	531	(37.045)	978
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(522.279)	(62.432)	579.854	(4.857)	-	-	-	-
<b>Variação relacionada aos serviços atuais</b>	<b>165.728</b>	<b>(34.490)</b>	<b>(1.141.482)</b>	<b>(1.010.244)</b>	<b>37.492</b>	<b>531</b>	<b>(37.045)</b>	<b>978</b>
CSM reconhecida para serviços prestados	-	(34.490)	-	(34.490)	(177)	-	-	(177)
Variação no ajuste de risco para risco não financeiro para riscos vencido	-	-	-	-	7.146	(1.103)	(12.647)	(6.604)
Ajustes pela experiência	165.728	-	-	165.728	-	-	-	-
Variação relacionada a serviços passados	(17.642)	3.346	-	(14.296)	-	-	-	-
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	(17.642)	3.346	-	(14.296)	-	-	-	-
<b>Resultado da prestação de serviços de seguro</b>	<b>(1.200.922)</b>	<b>(40.923)</b>	<b>212.460</b>	<b>(1.029.387)</b>	<b>7.146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.146</b>
<b>Resultado financeiro líquido de contratos de seguros</b>	<b>73.668</b>	<b>23.392</b>	<b>297.828</b>	<b>394.888</b>	<b>497</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>	<b>483</b>
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	65.832	13.427	297.828	377.087	497	(14)	-	483
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	7.836	9.965	-	17.801	(128)	(501)	(4.691)	(5.320)
<b>Total das variações na demonstração do resultado e ORA</b>	<b>(1.127.255)</b>	<b>(17.531)</b>	<b>510.288</b>	<b>(634.498)</b>	<b>251.007</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>251.020</b>
Outros	11	-	-	11	265.682	-	-	265.682
Prêmios recebidos	3.151.028	-	-	3.151.028	(519.473)	-	-	(519.473)
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	-	-	(1.164.146)	(1.164.146)	(14.876)	-	-	(14.876)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.039.951)	-	-	(1,039.951)	(268.667)	-	-	(268.667)
<b>Total de fluxos de caixa</b>	<b>946.931</b>	<b>-</b>	<b>(946.931)</b>	<b>-</b>	<b>2.198.744</b>	<b>4.958</b>	<b>63.491</b>	<b>2.267.193</b>
<b>Passivos de fechamento</b>	<b>529.700</b>	<b>98.935</b>	<b>3.000.468</b>	<b>3.629.103</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda						
<b>2022</b>								
<b>Passivo de abertura</b>	<b>756.412</b>		<b>1.591.632</b>	<b>2.454.640</b>	<b>2.216.532</b>	<b>5.445</b>	<b>68.182</b>	<b>2.290.159</b>
Variação relacionada a serviços futuros	(1.483.404)	37.325	1.450.551	4.472	(7.772)	617	7.956	801
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício	(1.130.182)	55.750	1.074.432	-	(45.087)	531	(37.045)	978
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(353.222)	(18.425)	376.119	4.472	-	-	-	-
<b>Variação relacionada aos serviços atuais</b>	<b>11.737</b>	<b>(32.590)</b>	<b>(207.768)</b>	<b>(228.621)</b>	<b>37.492</b>	<b>531</b>	<b>(37.045)</b>	<b>978</b>
CSM reconhecida para serviços prestados	-	(32.590)	-	(32.590)	(177)	-	-	(177)
Variação no ajuste de risco para risco não financeiro para riscos vencido	-	-	-	-	7.146	(1.103)	(12.647)	(6.604)
Ajustes pela experiência	11.737	-	-	11,737	-	-	-	-
Variação relacionada a serviços passados	187.856	(1.310)	-	186.546	-	-	-	-
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	187.856	(1,310)	-	186.546	-	-	-	-
<b>Resultado da prestação de serviços de seguro</b>	<b>(1.283.812)</b>	<b>3.426</b>	<b>642.783</b>	<b>(637.603)</b>	<b>7.146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.146</b>
<b>Resultado financeiro líquido de contratos de seguros</b>	<b>36.406</b>	<b>6.625</b>	<b>255.765</b>	<b>298.796</b>	<b>497</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>	<b>483</b>
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	54.598	12.062	255.765	322.425	497	(14)	-	483
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(18.192)	(5,437)	-	(23.629)	(128)	(501)	(4.691)	(5.320)
<b>Total das variações na demonstração do resultado e ORA</b>	<b>(1.247.405)</b>	<b>10.051</b>	<b>898.548</b>	<b>(338.806)</b>	<b>251.007</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>251.020</b>
Outros	3.671.679	-	-	3,671.679	265.682	-	-	265.682
Prêmios recebidos	-	-	3,671.679	3,671.679	(519.473)	-	-	(519.473)
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	-	-	(1,083.650)	(1,083.650)	(14,876)	-	-	(14,876)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1,387,022)	-	-	(1,387,022)	(268,667)	-	-	(268,667)
<b>Total de fluxos de caixa</b>	<b>1.201.007</b>	<b>-</b>	<b>1.201.007</b>	<b>-</b>	<b>2.198.744</b>	<b>4.958</b>	<b>63.491</b>	<b>2.267.193</b>
<b>Passivos de fechamento</b>	<b>710.012</b>	<b>116.467</b>	<b>2.490.180</b>	<b>3.316.659</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda						
<b>2023</b>								
<b>Passivo de abertura</b>	<b>1.454.185</b>		<b>1.591.632</b>	<b>3.045.817</b>	<b>2.216.532</b>	<b>5.445</b>	<b>68.182</b>	<b>2.290.159</b>
Mudanças nas estimativas que resultam em ajuste de margem sobre serviços contratuais	491.591	-	237.946	729.537	(7,772)	617	7,956	801
Liberação de CSM	(625.379)	-	(547.927)	(1.173.306)	(45,087)	531	(37,045)	978
Mudanças relacionadas a despesas ou receitas financeiras de seguros	155.805	-	172.534	328.339	-	-	-	-
<b>Saldo final de CSM</b>	<b>1.476.202</b>	<b>-</b>	<b>1.454.185</b>	<b>2.930.387</b>	<b>37.492</b>	<b>531</b>	<b>(37.045)</b>	<b>978</b>

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda						
<b>2022</b>								
<b>Passivo de abertura</b>	<b>2.263.880</b>		<b>801</b>	<b>2.264.681</b>	<b>2.216.532</b>	<b>5.445</b>	<b>68.182</b>	<b>2.290.159</b>
Receitas de seguro	(31.529)	-	-	(31,529)	(7,772)	617	7,956	801
<b>Despesas com prestação de serviço de seguros</b>	<b>1.422</b>	<b>3.762</b>	<b>21.661</b>	<b>26.845</b>	<b>37.492</b>	<b>531</b>	<b>(37.045)</b>	<b>978</b>
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	-	-	21.213	21,213	(177)	-	-	(177)
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	1.422	-	-	1,422	7,146	(1,103)	(12,647)	(6,604)



## MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

## 13. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	23.052	16.994	461.210	460.691
Impostos e contribuições	4.441	2.198	1.010.070	710.613
Dividendos a pagar	312.062	173.872	312.062	173.872
Encargos trabalhistas	-	-	47.860	32.065
Passivos de capitalização	-	-	159.958	168.977
Outras contas a pagar	3.034	9.217	182.185	65.100
<b>Total</b>	<b>342.589</b>	<b>202.181</b>	<b>2.173.345</b>	<b>1.611.318</b>

## 14. PASSIVOS FINANCEIROS

## a) Passivo de arrendamento:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	-	-	562.313	494.506
Constituição de novos contratos	-	-	-	6.197
Pagamentos	-	-	(90.026)	(88.689)
Apropriação dos juros	-	-	54.703	54.925
Remensuração	-	-	56.674	96.956
Baixa	-	-	(5.344)	(1.582)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>558.320</b>	<b>562.313</b>

A taxa média ponderada utilizada para cálculo de desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2023. Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

## a) Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos:

Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
122.343	105.698	179.693	150.586	558.320

## 15. PROVISÕES JUDICIAIS

## a) Composição:

Natureza	2023		2022	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)
<b>Fiscais</b>	<b>1.481.606</b>	<b>1.661.795</b>	<b>1.400.370</b>	<b>1.576.717</b>
PIS/COFINS	1.404.672	1.564.382	1.346.404	1.494.112
PIS/COFINS (multa de mora)	11.046	25.168	-	21.565
CSLL	18.090	22.321	11.141	9.226
Outros	47.798	39.924	42.825	51.814
<b>Trabalhista</b>	<b>61.025</b>	<b>10.628</b>	<b>62.383</b>	<b>13.505</b>
Cíveis	85.053	19.565	59.582	8.756
Outros	13.209	711	13.209	205
<b>Total</b>	<b>1.640.893</b>	<b>1.692.699</b>	<b>1.535.544</b>	<b>1.599.183</b>

(\*) Os depósitos judiciais não contemplam os depósitos judiciais relacionados a sinistros no valor de R\$ 74.597 (R\$ 95.366 em 31 de dezembro de 2022).

## b) Composição das ações judiciais por natureza fiscal, trabalhista e cível e por probabilidade de perda:

Probabilidade de perda	2023			2022		
	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor do risco	Valor provisionado
<b>Fiscais</b>	<b>38</b>	<b>3.335.148</b>	<b>1.481.606</b>	<b>41</b>	<b>3.363.900</b>	<b>1.400.370</b>
Provável	7	1.426.198	1.426.198	7	1.348.100	1.348.100
Possível	31	1.908.950	55.408	34	2.015.800	52.270
<b>Cíveis</b>	<b>10.968</b>	<b>623.089</b>	<b>85.053</b>	<b>13.324</b>	<b>427.278</b>	<b>62.383</b>
Provável	2.839	85.188	85.053	3.854	62.383	62.383
Possível	6.617	429.256	-	7.131	291.048	-
Remota	1.512	108.645	-	2.339	73.847	-
<b>Trabalhistas</b>	<b>883</b>	<b>178.260</b>	<b>61.025</b>	<b>791</b>	<b>192.620</b>	<b>59.582</b>
Provável	338	61.024	61.025	306	59.582	59.582
Possível	147	21.306	-	91	21.377	-
Remota	398	95.930	-	394	111.661	-
<b>Outros</b>	<b>1</b>	<b>13.209</b>	<b>13.209</b>	<b>1</b>	<b>13.209</b>	<b>13.209</b>
<b>Total</b>	<b>11.890</b>	<b>4.149.706</b>	<b>1.640.893</b>	<b>14.157</b>	<b>3.997.007</b>	<b>1.535.544</b>

**Processos trabalhistas:** O GRUPO responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre o GRUPO e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa Interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

**Processos cíveis:** Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados a cobertura securitária), ou ainda relacionados a coberturas securitárias pleiteadas em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros. **Processos fiscais:** As empresas do GRUPO possuem discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. **PIS/COFINS -** Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, quanto à exigência de COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes, em processos com decisão de segunda instância desfavorável. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda da ação classificada como provável quanto aos prêmios de seguro e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens 1, 2, 3, 6, 7 e 8. Fases processuais e status abaixo: • 1ª e 2ª Instâncias - pedido principal: A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, a Seguradora entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência de referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Julgada improcedente a ação judicial em primeira e segunda instâncias. • Tribunais Superiores - pedido principal: Interposto Recurso Especial julgado improcedente em 05 de dezembro de 2023, aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração opostos em Recurso Especial, sendo mantida pelo escrivão patrono da causa a classificação de risco como possível. E, permanece pendente de julgamento o Recurso Extraordinário. • 1ª e 2ª instâncias - pedido de efeito suspensivo: Em pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março/2021, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou de ofício a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos em referido processo. • Tribunais Superiores - pedido de efeito suspensivo: Após pedido apresentado perante a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário apresentado pelas seguradoras. Em razão de referida admissibilidade, foi apresentado pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27 de abril de 2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, as seguradoras contam com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão nesta Ação Judicial. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. Probabilidade: A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - itens 4, 5, 9 e 10. As principais ações fiscais em 31 de dezembro de 2023 são:

Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022
COFINS Prêmio de Seguros 9.718/1998	02/99 a 12/14	Possível	-	-	4.916	4.463	14.908	13.982
	02/99 a 12/14	Provável	15.523	14.842	16.406	15.701	15.523	14.842
	05/99 a 05/09	Provável	686.692	655.842	691.731	660.593	686.692	655.842
COFINS Receita financeira 9.718/98	05/99 a 05/09	Possível	-	-	24.453	23.331	134.052	128.060
PIS Receita financeira 9.718/98	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	7.224	6.852
	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Provável	189.636	178.361	197.795	186.021	189.636	178.361
PIS Receita Financeira 9.718/98	08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	4.359	4.088
COFINS Receita Financeira (IX) 9.718/98	05/99 a 12/14	Provável	512.821	486.567	598.457	568.001	512.821	486.567
PIS Receita Financeira 9.718/98	05/99 a 12/14	Possível	-	-	799	725	722	2.267
COFINS Receita financeira 9.718/98	08/09 a 12/14	Possível	-	-	-	-	100.816	94.507
PIS Receita financeira 9.718/98	12/13 a 12/14	Possível	-	-	-	-	16.383	15.357
COFINS receita financeira 12.973/14	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	-	22.474	19.033	643.161	511.389	
PIS receita financeira 12.973/14	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	-	3.652	3.093	104.514	83.100	
PIS/COFINS s/carregamento de título de capitalização	-	Possível	-	-	-	-	1.235	907
PIS/COFINS Receitas de prêmios e previdência	-	Possível	-	-	1.047	903	1.939	1.889
<b>Provável</b>			<b>1.404.672</b>	<b>1.335.612</b>	<b>1.504.389</b>	<b>1.430.316</b>	<b>1.404.672</b>	<b>1.335.612</b>
<b>Possível</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.341</b>	<b>51.124</b>	<b>152.724</b>	<b>169.282</b>
<b>Total</b>			<b>1.404.672</b>	<b>1.335.612</b>	<b>1.561.730</b>	<b>1.481.864</b>	<b>2.557.396</b>	<b>2.314.894</b>

Nota	Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2023	2022	2023	2022	2023	2022
1	PIS EC 17/1997	07/1997 a 02/1998	Possível	8.649	10.310	8.649	8.238	8.649	10.310
2	PIS EC 10/1996	03/1998 a 01/1999	Provável	11.046	10.791	13.627	13.151	11.046	10.791
3	IRPJ/CSLL PC/BT/NF	01/1996 a 07/1996	Possível	-	-	22.624	20.147	22.624	20.147
4	PIS/COFINS Multa	01/2013 a 10/2013	Possível	-	-	23.132	21.565	23.132	21.565
5	IRPJ/CSLL Glosa de despesas	2010 a 2011	Possível	-	377	460	377	403	377
6	PIS/COFINS jrs. parc. DPVAT e Assist 24 h	2013/2014	Possível	-	-	2.106	1.777	57.708	38.900
7	PIS/COFINS juros de parcelamento	01/2015 a 12/2016	Possível	-	-	-	-	3.750	3.436
8	INSS sobre PLR	01/2000 a 12/2006	Possível	9.441	-	12.625	11.646	9.441	8.937
9	INSS Diferencial de alíquota RAT	01/2010 a 12/2016	Possível	43.754	41.582	7.994	6.733	59.062	49.066
10	INSS Refis	01/1996 a 12/1998	Provável	-	-	-	-	-	-
		06/2008 em diante	Provável	-	832	-	988	-	832
11	IRPJ Compensação	2003	Possível	3.005	-	3.005	2.808	3.005	2.808
12	de despesas indutíveis	2014 a 2016	Possível	-	-	-	-	506.071	483.488
13	IRPJ sobre seguro rural	01/2014 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	346.616	319.148
14	PIS/COFINS sobre juros	2016	Possível	-	-	-	-	69	65
15	IRPJ e CSLL sobre JCP ISS - Comissões e monitoramento de veículos	01/98 a 08/98	Provável	1.039	865	607	486	1.039	865
17	monitoramento de veículos	01/98 a 10/15	Possível	-	-	-	2.233	4.062	6.286
18	IRRF a restituir 79/80 - REFIS	1879 a 1980	Possível	-	-	-	141	-	141
19	Multa isolada cumulativa sobre CSLL	2007 a 2008	Possível	-	-	5.233	4.563	4.846	4.563
20	Multa ofício por compensação não homologada	2014, 2017	Possível	-	-	-	-	-	-
21	Multa EFD contribuições	2019 a 2020	Possível	-	-	-	-	1.229	1.115
22	Multa EFD contribuições	02/2018 a 01/2019	Possível	-	-	-	-	13.285	-
<b>Provável</b>				<b>12.085</b>	<b>12.488</b>	<b>14.234</b>	<b>14.625</b>	<b>12.085</b>	<b>12.488</b>
<b>Possível</b>				<b>64.849</b>	<b>52.269</b>	<b>85.828</b>	<b>80.228</b>	<b>1.134.409</b>	<b>1.036.517</b>
<b>Total</b>				<b>76.934</b>	<b>64.757</b>	<b>100.062</b>	<b>94.853</b>	<b>1.146.944</b>	<b>1.049.005</b>

• **PIS/COFINS:** Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998 - Nos ramos seguros gerais, auto e vida, discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, quanto ao alargamento da base de cálculo e majoração de alíquota. Encontram-se os processos aguardando julgamento de Recursos Especial e Extraordinário, sobrestados em razão da existência de Repercussão Geral sobre a matéria - RE 609.096. A probabilidade de perda é classificada como provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. **Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014** - Nos ramos seguros gerais, auto e vida, a partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência dos tributos sobre a parcela de receitas financeiras atreladas aos ativos garantidores em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, em exame de admissibilidade. Conta com decisão que suspende a exigibilidade do crédito tributário. A probabilidade de perda é classificada como possível. • **Demais processos tributários:** (1) **PIS EC nº 17/1997, de 25 de novembro de 1997, e PIS EC nº 10/1996, de 04 de março de 1996 - A** Para os ramos de auto, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do art. 195 da CF/1988. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. b) Para seguros gerais não vida, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nagesimal e irretroatividade tributária. c) Para o ramo vida, discute a exigibilidade do PIS com base na Lei nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração para realização da execução da par cela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nagesimal e da irretroatividade. (2) **IRPJ/CSLL - IPC BTNF** - No ramo seguros gerais não vida, discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991, exercido de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991, de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável. (3) **PIS/COFINS MULTA** - No ramo seguros gerais não vida, e no ramo vida, discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS, aguarda julgamento de Apelação da União. (4) **IRPJ/CSLL - Glosa de despesas** - No ramo seguros gerais não vida, discutiu glosa de despesas operacionais na esfera administrativa. Decisão parcialmente favorável. Saldo remanescente em discussão em Ação Anulatória, que aguarda julgamento de primeira instância. (5) **PIS/COFINS juros parc. DPVAT** - Nos ramos auto, seguros gerais não vida, e vida, discute exigência de PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras - decorrentes de adicional de parcelamento, operação DPVAT e oscilação cambial. Aguarda julgamento na esfera administrativa. (6) **PIS/COFINS Juros de parcelamento** - discute na esfera administrativa, a exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes do fracionamento do prêmio de seguro. Aguarda julgamento de primeira instância. (7) **INSS sobre PLR** - Nos ramos seguros gerais não vida, e no ramo vida, discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Nos ramos seguros gerais não vida, aguarda julgamento de defesa na esfera administrativa. No ramo vida, inicialmente foi proferido julgamento favorável em sede de Apelação. A União opôs embargos de declaração, os quais foram providos para fins de atribuir efeito modificativo ao acórdão. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário interpostos. (8) **INSS RAT** - No ramo seguros gerais não vida, discute exigência de recolhimento de diferencial de alíquota RAT. Aguarda julgamento na esfera administrativa. (9) **INSS Refis** - No ramo vida, discute débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Decisão de primeira instância parcialmente favorável. Apelação da União desprovida. Aguarda prazo recursal e/ou trânsito em julgado. (10) **Multa IRPJ - Compensação** - para o ramo de auto, discute em ação anulatória de débito, não homologação por parte da Receita Federal quanto a Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2009, em razão de auscultar e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda julgamento de Apelação. (11) **IRPJ/CSLL - Não adição de despesas indutíveis** - No ramo auto, discute exigência de IRPJ/CSLL, decorrente de glosa de exclusões de ação, despesas de assistência 24h e endomarketing de sua base de cálculo. Julgamento

de primeira instância parcialmente favorável, para afastar a glosa sobre assistência 24h e endomarketing. Aguarda julgamento de Recursos de Ofício e Voluntário. (12) **IRPJ sobre seguro rural** - Autuada em razão da dedução do resultado de Seguros Rurais da base de cálculo do IRPJ, no ano-calendário de 2014. A impugnação apresentada foi julgada improcedente. Atualmente o processo aguarda julgamento de recursos voluntários. (13) **PIS/COFINS sobre juros**



\* continuação

## MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da  
MAPFRE Brasil Participações S.A.  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F° SP

Érika Carvalho Ramos  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 3 (três) membros, está instituído na empresa líder MAPFRE Brasil Participações S.A. e sua atuação também tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Investimentos Ltda., MAC Investimentos S.A. e Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Brasil Participações S.A. foi constituído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de outubro de 2020, que resultou na instituição de Comitês de Auditoria nas sociedades *holdings* MAPFRE Brasil Participações S.A. e MAPFRE Participações S.A., que fazem parte do GRUPO MAPFRE. Tendo em conta que os integrantes dos Comitês são os mesmos, a pauta é única e os interlocutores, em geral, são comuns, o que possibilita a realização de reunião de forma conjunta, porém com registros em atas individualizadas para o Comitê de cada sociedade *holding*.

Os administradores da MAPFRE Brasil Participações S.A. são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que as empresas abrangidas estão expostas, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A empresa de auditoria independente KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável pela auditoria atuarial

das empresas reguladas pela SUSEP - MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. - e controladas pela MAPFRE Participações S.A., que é subsidiária integral da MAPFRE Brasil Participações S.A.

**Principais Atividades**

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles internos, auditoria interna e auditoria externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, aos processos contábeis, aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, aos processos de gestão de riscos e aos relativos a transações com partes relacionadas, assim como, à supervisão da efetividade das estruturas de Compliance no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, emitiu recomendações de aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes da auditoria interna e auditoria externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e as constantes nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a

continuidade da empresa.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Brasil Participações S.A. e discutiu com o auditor independente seu relatório e apontamentos.

**Conclusões**

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

b) Os relatórios e as informações fornecidas pelas áreas de auditoria interna, de riscos e de controles internos indicam a efetividade de seus trabalhos;

c) A Auditoria Independente é efetiva e as informações por ela fornecida constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;

d) As demonstrações financeiras da MAPFRE Brasil Participações S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo (SP), 29 de abril de 2024.

**Luiz Cláudio Ligabue** - Coordenador

**Edgar Jabbour** - Membro Titular

**Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis** - Membro Titular



# Na história da MAPFRE, os corretores são sempre protagonistas.

Todos os dias, cuidamos de milhões de pessoas ao redor do mundo. E isso só é possível com o apoio, a dedicação e a competência dos nossos parceiros corretores. Obrigado por estarem ao nosso lado e contem conosco. Quanto mais próximos estamos, mais longe podemos ir.

mapfre.com.br



**MAPFRE**

Cuidamos do que é importante para você